



Câmara Municipal de Linhares
Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Lei Complementar 46 de 11 de Outubro/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo Nº 003124/2017

ABERTURA: 22/09/2017 - 09:33:56

REQUERENTE: GUERINO LUIZ ZANON

DESTINO: GABINETE- PRESIDENTE

ASSUNTO: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

DESCRIÇÃO: ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.866 DE 17 DE JULHO DE 2009, A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 10, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011, A LEI MUNICIPAL Nº 2.662, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006 E A LEI Nº 3.116, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

abstencão Tanacio

Joaquim R. de Barros
PROTOCOLISTA

Tramitação	Data
- <i>Simplex leitura</i>	<i>23/09/2017</i>
- <i>Comissões:</i>	<i>__/__/__</i>
<i>Finanças</i>	<i>__/__/__</i>
<i>Justiça</i>	<i>__/__/__</i>
- <i>Votação (Aprovado)</i>	<i>09/10/2017</i>
	<i>__/__/__</i>
	<i>__/__/__</i>
	<i>__/__/__</i>
	<i>__/__/__</i>
	<i>__/__/__</i>
	<i>__/__/__</i>
	<i>__/__/__</i>
	<i>__/__/__</i>

ARQUIVE-SE EM:
16/10/17



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES



MENSAGEM COMPLEMENTAR Nº 008/2017.

Linhares-ES, 21 de setembro de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente e Nobres Vereadores,

Considerando a vigência da Lei Complementar 157/2016 que promoveu importantes alterações na Lei Complementar 116/2003, modernizando e ampliando a base de arrecadação de tributos municipais, submetemos a Vossa Excelência e aos demais pares dessa Colenda Casa de Leis para apreciação e aprovação, o Projeto de Lei que altera e revoga dispositivos da **Lei Complementar nº 10**, de 23 de dezembro de 2011, da **Lei Municipal nº 2.866** de 17 de julho de 2009, do artigo 70 da **Lei Municipal nº 2.662**, de 29 de dezembro de 2006 e da **Lei Municipal 3.116** de 14 de outubro de 2011.

As inovações trazidas ao arcabouço jurídico brasileiro na área tributária pela Lei Complementar Federal 157/2016 justifica a apresentação do presente projeto de lei o qual tem por objetivo atualizar e adequar a Legislação Municipal ao disposto na lei federal supra referida, ampliando desta forma a base de incidência e cobrança do Imposto Sobre Serviços – ISS.

Um dos principais pontos acrescentados à Lei Complementar Federal nº 116/2003 foi o art. 8º-A, com a previsão de uma alíquota mínima de 2% para o imposto, além da vedação expressa, com exceções, à concessão de isenções e benefícios fiscais que de qualquer forma culminem em uma tributação inferior a esta alíquota. Essa alteração visa acabar com a guerra fiscal entre os Municípios que reduziam a carga tributária para atrair empresas prestadoras de serviços a seus territórios.

Nota-se, com destaque, que os Municípios terão que alterar suas legislações para adequarem-se à Lei Complementar Federal nº 157/2016 e passar a efetivar suas novas disposições, respeitada a anterioridade constitucional.

Destaca-se ainda, as alterações necessárias na Legislação Municipal nos pontos em que apresenta incongruências ou omissões em relação ao disposto na Lei Complementar Federal 116/2003, assim como de revisão das multas punitivas em vigor.

Em tempos de responsabilidade fiscal, a adequação da legislação tributária para que se possa proceder à efetiva arrecadação dos tributos municipais é imprescindível. A proposta apresentada demonstra o compromisso com a operacionalização das atividades de educação e fiscalização tributária, confirmando maior consistência e segurança jurídica à legislação municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

Importante registrar que as alterações tecnológicas e alterações no mercado de prestação de serviços fez com que vários novos serviços surgissem sem que os mesmos estivessem tipificados em nossa legislação tributária municipal, o que impede a cobrança do ISS sobre estes novos serviços, gerando perda de receita ao erário municipal.

Neste sentido que apresentamos o presente projeto de lei a fim de permitir que este Município possa cobrar regularmente seus impostos e taxas, bem como atualizar as penalidades tributárias, conforme as inovações constantes da presente proposição.

Pela costumeira atenção com que sempre recebe nossos pleitos e na expectativa de acolhida e acatamento da presente proposta, solicitamos dar ciência aos demais pares e os encaminhamentos necessários à apreciação e votação **em Regime de Urgência**.

No ensejo renovamos nossos protestos de alta estima e consideração a Vossa Excelência e demais pares dessa Casa de Leis.

Atenciosamente,


GUERINO LUIZ ZANON
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008 /2017

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.866 DE 17 DE JULHO DE 2009, A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 10, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011, A LEI MUNICIPAL Nº 2.662, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006 E A LEI Nº 3.116, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Ficam alterados o *caput* do artigo 4º, bem como seus incisos I, II e III da Lei Municipal nº 2.866, de 17 de julho de 2009, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Os incentivos fiscais a serem oferecidos pelo Município serão limitados:

I – No caso do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), este não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2%, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços da Lei Complementar Municipal nº 10, de 23 de dezembro de 2011;

II – Em até 100% (cem por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

III – Em até 100% (cem por cento) do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), incidentes sobre aquisição do imóvel pela empresa, destinado à sua instalação, ou ampliação..

(...)?

Art. 2º Ficam alterados o inciso IV, suas alíneas “i”, “m” e “p”, e Parágrafo 1º, bem como acrescentadas as alíneas “t”, “u” e “v” e §§ 1º, 3º, 4º e 5º, todos do artigo 20, da Lei Complementar Municipal nº 10/2011, que passarão a contar com a seguinte redação:

“Art. 20...

(...)

IV - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas seguintes hipóteses, quando o imposto será devido no local:

(...)

CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo Nº 003124/2017

ABERTURA: 22/09/2017 - 09:33:56

REQUERENTE: GUERINO LUIZ ZANON

DESTINO: GABINETE- PRESIDENTE

ASSUNTO: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

DESCRIÇÃO: ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.866 DE 17 DE JULHO DE 2009, A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 10, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011, A LEI MUNICIPAL Nº 2.662, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006 E A KEU Bº 3.116, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Daniel R. de Jesus
PROTOCOLISTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

i) do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

(...)

m) dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

(...)

p) do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa a esta Lei Complementar;

(...)

t) do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

u) do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

v) do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista anexa a esta Lei Complementar, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto neste Município, relativamente ao território onde haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

(...)

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

§ 4º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 5º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 3º Ficam acrescentados os Parágrafos 11 e 12 ao artigo 22 da Lei Complementar Municipal nº 10, de 23 de dezembro de 2011, com a seguinte redação:

"Art. 22 ...

(...)



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

§ 11 Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei, poderão ser deduzidos da base de cálculo o valor dos materiais efetivamente empregados na obra, fornecidos pelo prestador dos serviços, quando adquiridos de terceiros ou transferidos pelo próprio prestador e a subempreitada devidamente tributada neste Município, desde que devidamente comprovados por meio de notas fiscais com referência expressa à obra objeto da dedução.

§ 12 Para fins do parágrafo anterior, considera-se material fornecido pelo prestador do serviço aquele que permanecer incorporado à obra após sua conclusão, desde que a aquisição, pelo prestador, seja comprovada por meio de documento fiscal idôneo, e o material seja discriminado, com o seu valor, no documento fiscal emitido em decorrência da prestação do serviço.”

Art. 4º Fica alterado o artigo 24 da Lei Complementar Municipal nº 10, de 23 de dezembro de 2011, que passará a conter:

“**Art. 24** A alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será:

I – 2% (dois por cento) para as seguintes atividades (itens e subitens) constantes no Anexo desta Lei Complementar: 1, 4, 5, 8, 10, 16, 17, 18, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40 e seus respectivos subitens, exceto os itens 1.09 e 16.02;

II - de 5% (cinco por cento) para as demais atividades e seus respectivos subitens, inclusive para os subitens 1.09 e 16.02.

§ 1º A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 2º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.”

Art. 5º Fica alterado o *caput* do artigo 57 da Lei Complementar Municipal nº 10/2011, que passará a contar com a seguinte redação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

“**Art. 57** Em relação aos impostos municipais, as multas por infração são classificadas em dois grupos:
(...)”

Art. 6º Fica alterado o artigo 58 da Lei Complementar Municipal nº 10, de 23 de dezembro de 2011, que conterà:

“**Art. 58** As multas por infração, do primeiro grupo, serão aplicadas de acordo com o seguinte escalonamento:

I - 100 (cem) URMLs, aos que:

- a) extraviarem ou perderem qualquer documento fiscal;
- b) deixarem de apresentar quaisquer declarações a que estão obrigados, ou o fizerem com omissão ou dados inexatos, de elementos indispensáveis;
- c) deixarem de afixar o alvará de funcionamento em lugar visível a todos dentro do estabelecimento;
- d) emitirem documentos fiscais em desacordo com o regulamento ou não observarem a sua ordem numérica e cronológica;
- e) não possuírem os livros fiscais ou, ainda que os possuam, não estejam devidamente escriturados ou autenticados;
- f) outras infrações não capituladas;

II - 200 (duzentas) URMLs, aos que:

- a) deixarem de comunicar, no prazo previsto, o encerramento da atividade ou ramo de atividade;
- b) obrigados à retenção do imposto, deixarem de fazê-la.

III - 300 (trezentas) URMLs, aos que:

- a) deixarem de efetuar, na forma e prazos regulamentares, a inscrição municipal e respectivas atualizações de atividades, endereço, nome empresarial, quadro societário, regime de enquadramento tributário;
- b) fornecerem ao Fisco, dados ou informações inverídicas, sujeitos ao lançamento do ISSQN:

IV - 100 (cem) URMLs, por evento, aos que descumprirem qualquer obrigação acessória relativa à Nota Fiscal Eletrônica - NFS-e, para a qual não haja previsão de penalidade específica.

V - 2.500 (duas mil e quinhentas) URMLs, aos que:

- a) recusarem ou dificultarem a exibição de documentos fiscais, embaraçarem a ação do fisco ou sonegarem documentos necessários à apuração do imposto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

- b) instruir pedidos de isenção, de reconhecimento de imunidade ou redução do imposto com documento que contenha falsidade, no todo ou em parte;
- c) fornecer por escrito ao fisco, quando solicitado, dados ou informações inverídicas.

- d) não atender no prazo previsto, a notificação feita pela fiscalização.
- e) negar-se a prestar informações ou tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do fisco;
- f) obrigados, deixarem de emitir os documentos fiscais ou, quando emitidos, adulterarem ou o fizerem em importância diversa do valor dos serviços.”

Art. 7º Fica alterado o inciso II do art. 59 da Lei Complementar Municipal nº 10/2011, que passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 59...

II - de 100% (cem por cento) do valor do imposto atualizado monetariamente, quando do não recolhimento do imposto de retenção obrigatória, ou nos casos de utilização de meios fraudulentos ou dolosos para evitar o pagamento do tributo, inclusive a aquisição de certidão negativa de débitos, estando inadimplente com os cofres públicos municipais, ou praticar atos ou negócios jurídicos com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
(...)”

Art. 8º Ficam alterados os itens 1.03, 1.04, 7.14, 11.02, 13.04, 14.05, 16.01, 17.14, 24.01, 25.02, bem como acrescentados os itens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.24 e 25.05, ao anexo I da Lei Complementar nº 10, de 23 de dezembro de 2011, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“1 - ...

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres:



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei Federal nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

6 - (...)

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

7 - (...)

7.14 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11 - (...)

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13 - (...)

13.04 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 - (...)

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

16 - (...)



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17 - (...)

17.14 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive a mediação e conciliação jurídica, exceto a arbitragem esportiva que é contemplada pelo item 12.11.

17.24 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

24 - (...)

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos, plotagem e congêneres, incluindo suas instalações.

25 - (...)

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.”

Art. 9º Fica alterado o *caput* do artigo 4º da Lei nº 3.116, de 14 de outubro de 2011, que passará a conter:

“**Art. 4º** O não cumprimento da obrigação prevista nesta Lei, bem como o cumprimento com incorreções ou omissões, incorre na penalidade de multa diária correspondente a 300 (trezentas) URMLs, limitada a 3.000 (três mil) URMLs, por declaração, corrigidas de acordo com o artigo 355 do Código Tributário Municipal, sem prejuízo das sanções administrativas, civis, penais e de Autorização de funcionamento do estabelecimento bancário.
(...)”

Art. 10. Ficam alterados os Incisos II e III, do § 2º, do artigo 70 da Lei nº 2.662, de 29 de dezembro de 2006, que passarão a contar com a seguinte redação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

“Art. 70 ...

II - declaração do próprio requerente atestando que não remete qualquer recurso para o exterior;

III – cópia simples do instrumento de sua constituição.
(...)”

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, obedecidos os critérios estipulados no artigo 150, inciso III, alíneas “b” e “c” da Constituição Federal no que couber.

Art. 12. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Linhares, Estado do Espírito Santo, aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete.


GUERINO LUIZ ZANON
Prefeito Municipal

PARECER DA PROCURADORIA

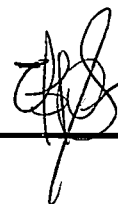
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003124/2017

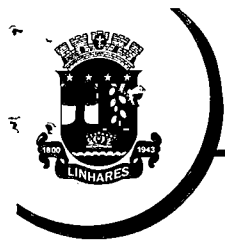
**"PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR –
PLC. ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS
DE LEIS TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS.
ADEQUAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES
TRAZIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR
FEDERAL Nº 157/2016. VIABILIDADE."**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo atualizar e adequar a legislação tributária municipal ao novo regramento trazido pela Lei Complementar Federal nº 157/2016, a qual promoveu importantes alterações na Lei Complementar Federal nº 116/2003 que dispõe sobre as normas gerais do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.

Conforme ressaltado na mensagem anexa ao Projeto de Lei, uma das principais inovações foi a previsão de alíquota mínima de 2% para o ISSQN, além da vedação expressa, com exceções, à concessão de isenções e benefícios fiscais que de qualquer forma culminem em uma tributação inferior à mencionada alíquota.

Busca-se, com essa nova roupagem, acabar com a guerra fiscal entre os municípios, que reduziam a carga tributária para atrair empresas prestadoras de serviços a seus territórios.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Ademais, conforme ainda ressaltado na mensagem, as alterações na legislação municipal ora apresentadas corrigirão incongruências e omissões em relação à Lei Complementar Federal 116/2003.

Constata-se, portanto, que a adequação da legislação tributária apresentada possui caráter imprescindível à efetiva arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

No ponto, vale registrar que a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece no § 3º do art. 156 que cabe à lei complementar fixar as alíquotas máximas e mínimas, regular a forma e as condições como isenções, incentivos etc. É justamente o que ocorre nestes autos.

Note a redação do dispositivo constitucional:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

[...]

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

[...]

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, cabe à lei complementar:

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior;

III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Por todo o exposto, além da real necessidade de adequação da matéria, a fim de refinar a técnica tributária, denota-se que o Projeto de Lei amolda-se perfeitamente às normas da Constituição Federal, o que permite o seu prosseguimento nesta Casa de Leis.



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

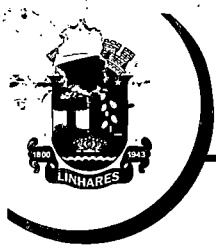
Por fim, as deliberações do Plenário no que tange ao projeto de lei em questão deverão ser por **MAIORIA ABSOLUTA** dos membros da Câmara, e quanto à votação deverá ser atendido o **processo NOMINAL**, com fulcro nos artigos 182, I e art. 196, VIII, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal, haja vista que, dentre as alterações, será modificado o Código Tributário Municipal.

Destarte, a **PROCURADORIA** da Câmara Municipal de Linhares, após análise e apreciação do Projeto em destaque, é de **PARECER FAVORÁVEL ao seu prosseguimento**, por estar amparado pela Constituição da República Federativa do Brasil e demais normas do ordenamento jurídico pátrio.

É o parecer, salvo melhor Juízo de Vossas-Excelências.

Plenário "Joaquim Calmon", aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete.

ULISSES COSTA DA SILVA
Procurador Jurídico



PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 003124/2017

Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal que "Altera a Lei Municipal nº 2.866 de 17 de julho de 2009, a Lei Complementar Municipal nº 10 de 23 de dezembro de 2011, a Lei Municipal nº 2.662 de 29 de dezembro de 2006 e a Lei nº 3.116 de 14 de outubro de 2011 e dá outras providências".

O presente projeto de lei visa atualizar e adequar a legislação municipal em relação a vigência da Lei Complementar 157/2016, no sentido de modernizar e ampliar a base de arrecadação de tributos municipais, ampliando de maneira significativa a base de incidência e cobrança do Imposto Sobre Serviço (ISS).

Importante destacar que:

A competência privativa do Poder Executivo Municipal tem respaldo no artigo 31 e 58, inciso XXXIV e seguintes da Lei Orgânica Municipal, e que a nova redação se faz necessária, principalmente em razão ao ponto acrescido, com a previsão de uma alíquota mínima de 2% para o imposto (ISS), além da vedação expressa, com exceções, à concessão de isenções e benefícios fiscais, não sendo possível tributação inferior a esta alíquota. Essa alteração/adequação tem o escopo de acabar com a batalha fiscal entre os municípios na disputa por empresas prestadoras de serviços.

Importante destacar, que todos os municípios terão que se atualizar e adequar a Lei Complementar Federal nº 157/2016, respeitando a

Câmara Municipal de Linhares
Palácio Legislativo "Antenor Elias"



anterioridade constitucional. Pois em tempo de responsabilidade fiscal, para efetivação da arrecadação dos tributos municipais é indispensável a mencionada ajustamento tributário municipal.

Ressalta que com a globalização e com o grande avanço tecnológico, em especial no mercado de prestação de serviço, surgiram muitos serviços que não eram especificados na legislação tributária municipal, daí a relevância da adequação dessa matéria, pois se esta mudança não ocorrer, o município ficará impossibilitado de arrecadar com essas novas prestações de serviço, prejudicando por demais a receita do erário municipal.

Portanto, o PL tem o intuito de adequar a legislação municipal com a federal, alterando as legislações mencionadas alhures. Assim, a **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** da Câmara Municipal de Linhares/ES, após a análise e apreciação do Projeto em destaque, é de **PARECER FAVORÁVEL** à sua aprovação, por ser **CONSTITUCIONAL**.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Plenário "Joaquim Calmon", aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete.

TOBIAS COMETTI

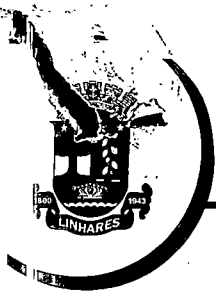
Presidente

FABRICIO LOPES DA SILVA

Relator

GELSON LUIZ SUAVE

Membro



PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, ORÇAMENTO,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROJETO DE LEI Nº 003124/2017.

“PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL QUE ALTERA ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.866 DE 17 DE JULHO DE 2009, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 10 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011, LEI MUNICIPAL 2.662 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006, LEI 3.116 DE 14 DE OUTUBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo, visando como dispõe sua Ementa, **“ALTERA ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.866 DE 17 DE JULHO DE 2009, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 10 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011, LEI MUNICIPAL 2.662 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006, LEI 3.116 DE 14 DE OUTUBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O projeto de Lei sob análise visa adequar as leis acima elencadas diante da Lei Complementar 157/2016, que promoveu importantes alterações na Lei Complementar 116/2003.

A análise da constitucionalidade do Projeto de Lei foi devidamente realizada pela Comissão de Constituição e Justiça, bem como pela Procuradoria desta Câmara Municipal, restando demonstrando que o tema atende às exigências legais para aprovação da matéria.



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

No que toca ao impacto financeiro decorrente das alterações supracitadas, nota-se que na verdade as alterações ampliarão a base de incidência e cobrança do Imposto Sobre Serviços ISS, adequando a lei Municipal a Lei Federal.

Um dos principais pontos advindos do projeto de lei em análise e o fim da concessão de isenções e benefícios fiscais de qualquer natureza, estabelecendo o mínimo de 2% para o imposto. Conforme bem delineado na mensagem complementar anexa ao projeto de lei, tal alteração visa coibir a guerra fiscal existente entre municípios na busca de atrair novas empresas.

Por todo o exposto, a **COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE** da Câmara Municipal de Linhares/ES, após a análise e apreciação do Projeto em destaque, reunida com todos os seus membros, é de parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação, por ser **CONSTITUCIONAL** e atender as demais exigências legais.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Plenário "Joaquim Calmon", aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

JEAN VERGÍLIO ACÁCIO DE MENEZES
Presidente

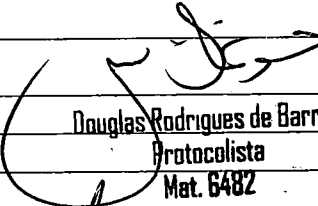

PEDRO JOEL CELESTRINI
Relator


ROSA IVANIA EUZÉBIO DOS SANTOS
Membro

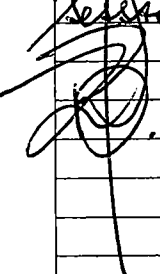
Câmara Municipal de Linhares
Palácio Legislativo "Antenor Elias"



Ao gabinete do Presidente para
conhecimento em 22/09/2017.


Douglas Rodrigues de Barros
Protocolista
Mat. 6482

Encaminhar para Procuradoria
que tome as devidas providências
para obter informações e
encaminhar para as Comissões
para que se puder fazer e votar
esses projetos de lei.


22/09/2017.